



CADERNO 2

JUNHO 2010

UMA PUBLICAÇÃO DA SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO DO ESTADO DA BAHIA - SEPLAN



1. INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2009 foi lançado pelo Governo da Bahia, através da Secretaria do Planejamento (SEPLAN), o ciclo de debates “Pensar a Bahia – Construindo o nosso futuro”. Tal evento, que se estendeu até março de 2010, foi constituído por rodadas de seminários envolvendo Governo, sociedade, empresários e especialistas e a discussão de temas variados e relevantes para o planejamento das ações de políticas do Estado; permitindo um melhor entendimento dos problemas que bloqueiam o desenvolvimento da economia baiana e, também, abrindo “janelas de oportunidades” que, se bem aproveitadas, podem gerar novos impulsos para uma evolução virtuosa do desenvolvimento socioeconômico do Estado.

A SEPLAN espera, a partir desta iniciativa, que os debates sirvam de insumo à elaboração de um plano de desenvolvimento para o Estado, com horizonte em 2023, quando a Bahia comemora o bicentenário de 2 de julho. As diretrizes deste plano – denominado Plano de Desenvolvimento Bahia 2023 – deverão contribuir para a elaboração dos próximos três Planos Plurianuais (PPAs).

Assim, o Pensar a Bahia constitui parte do esforço de retomada, pelo Governo, do exercício do planejamento no âmbito do Estado, iniciativa com a qual se pretende incorporar diversas visões e enfoques dos palestrantes, bem como dos debates que tiveram lugar ao longo dos seminários.

O Pensar a Bahia foi dividido em quatro módulos. O primeiro, em 17 de dezembro de 2009, abordou os temas “mobilidade urbana”, “infraestrutura logística” e “futuro dos núcleos industriais”. O módulo seguinte, realizado em 27 de janeiro de 2010, discutiu os temas “saúde e educação como vetores de desenvolvimento”, “segurança pública como condição para o desenvolvimento” e “habitação e construção civil”. O terceiro, em 03 de março de 2010, abordou “política agrícola, agronegócio e agricultura familiar”, “descentralização industrial e mineração” e, por fim, o tema “meio ambiente, desenvolvimento sustentável e energias alternativas”. Finalmente, o quarto módulo, realizado em 31 de março de 2010, abordou os temas “ciência, tecnologia, universidades e centros de pesquisa”, “indústrias criativas” – que envolve, também, a discussão de questões culturais – e “turismo”. Adicionalmente, no dia 17 de março de 2010, sob o tema “desenvolvimento e poder público municipal”, um módulo especial discutiu as perspectivas para a adoção de políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento dos municípios baianos.

Na medida em que foi possível, procurou-se introduzir e articular às discussões que permearam os debates um conteúdo de economia. Isto, porque, dada a variedade de temas e ângulos de análise propostos pelos palestrantes, tornou-se necessária a adoção de um ponto de vista estruturado analiticamente, de forma a dar conta de parte do conjunto das exposições; parte, porque selecionadas, seja no discurso de cada palestrante seja no recorte econômico enfatizado. Em alguns casos, foram apresentadas questões com forte conteúdo microeconômico. Porém, em sua maioria, os palestrantes trataram dos seus temas numa perspectiva sistêmica, pensando nos problemas referentes à construção da Bahia como um processo que envolve, por um lado, intensificar sua coerência e consistência do tecido produtivo interno e, por outro, fortalecer sua integração à economia brasileira e internacional.

A estrutura deste relato seguiu, em parte, a disposição dos temas apresentados no módulo especial e nos

módulos 03 e 04 do ciclo de debates. Além desta introdução, o trabalho está dividido em mais duas seções, conforme segue. A segunda seção apresenta uma síntese da discussão relacionada aos objetivos do ‘Pensar a Bahia’ e do ‘Plano de Desenvolvimento Bahia 2013’. A última seção apresenta, respectivamente, uma síntese das discussões realizadas no módulo especial e nos módulos 03 e 04 do ciclo de debates, introduzindo e articulando ao contexto – quando possível e como contribuição ao conteúdo das palestras apresentadas e debates que se seguiram – aspectos de economia.

Inobstante, maiores informações sobre o ciclo de debates – como programação, apresentações, vídeos, comentários etc. – podem ser obtidas no blog oficial do evento, disponibilizado pela SEPLAN no sítio <http://www.seplan.ba.gov.br/blog/>.

2. PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA BAHIA 2023

Segundo Carlos Matus, Ministro da Economia Chileno de 1965 a 1970, citado por Valadares (2010) –, o governo é constituído por um “Triângulo do Governo”: 1) Projeto de governo (compromisso e conteúdo programático, resultados do processo eleitoral); 2) Capacidade de governo (equipe de governo, liderança, conhecimento e experiência); e 3) Governabilidade (relação de peso entre variáveis que o governo controla e as que ele não controla, ou seja, correlação de força). A combinação perfeita destas três variáveis levaria ao sucesso de um plano de governo.

Planejar significa pensar o futuro, saindo da situação inicial e almejando chegar à situação-objetivo. O futuro é composto: 1) do passado; 2) das tendências; 3) de realizações causais que marcam o direcionamento, as quais não se têm controle; e 4) da opção do que queremos ser e das ações selecionadas para a mudança. A ação prospectiva é parte essencial da “Grande Estratégia” e sem esta “o Estado fica sem visão institucional de futuro e condenado a ser um seguidor” (VALADARES, 2010), o que seria uma explicação para o atraso no desenvolvimento. Segundo Matus, a “Grande Estratégia” é composta por três arcos durante o período de governo: 1) o arco de conjuntura, que, partindo da situação inicial, chega à situação almejada; 2) o arco direcional, que da situação inicial, chega à situação-objetivo; e 3) o arco da Grande Estratégia, que parte da situação inicial e leva até a visão da grande estratégia. No primeiro arco, trabalha-se a explicação do problema na situação inicial, que resulta no Vetor de Descrição do Problema (VDP) e no segundo arco tem-se o fluxograma do problema, cuja implicação é o Vetor de Descrição dos Resultados (VDR). Uma postura estratégica requer: 1) Olhar “para fora” e no longo prazo; 2) identificar os riscos e as oportunidades em vários cenários; 3) antecipar-se às contingências; e 4) avaliar os impactos das decisões de hoje.

Baseando-se no Planejamento Estratégico Sistêmico, o Governo da Bahia percebe a necessidade do planejamento no âmbito do Estado e realiza o ciclo de debates Pensar a Bahia. Através das Portarias nº180/2009 e nº181/2009, da SEPLAN, foi determinada a criação de um Grupo de Trabalho com o objetivo de organizar, elaborar e coordenar a formulação das diretrizes para o Plano de Desenvolvimento Bahia 2023: 200 Anos de Independência.

[...] antever futuro, elaborar cenários é um exercício fundamental para quem quer ganhar graus de liberdade para o futuro. Perpassando vários governos e o que orienta e define a atuação do Estado. Então, nós não estamos pensando apenas no momento presente. Nós não estamos pensando apenas nesta gestão. Nós estamos pensando no Estado, no horizonte futuro, no horizonte de treze anos, em 2023, quando estaremos comemorando o bicentenário da nossa independência. Porque nós temos responsabilidade com essas gerações, com essas futuras gerações e com o futuro das pessoas. (VALADARES, 2010).

Nesse sentido, os principais propósitos do Pensar a Bahia são:

- 1) fortalecer na administração pública da Bahia o processo de planejamento de longo prazo;
- 2) estabelecer os fundamentos para a promoção do desenvolvimento sustentável e equilibrado do Estado;
- 3) definir as diretrizes de atuação do Estado;
- 4) formular estratégias para que as diretrizes sejam consolidadas;
- 5) criar um banco de projetos para apoiar as oportunidades que ocorrerem;
- 6) integrar iniciativas para os vários setores em torno de um projeto de Bahia;
- 7) construir profundos e consistentes estudos sobre a situação e as indicações estratégicas para os eixos logísticos de transporte, desenvolvimento com base na inovação e energia.

O processo de elaboração do planejamento é dividido em três etapas: curto, médio e longo prazos. No planejamento estratégico, considerado o planejamento de longo prazo, em que se trabalha com uma média de dez a vinte anos, estão contidos a visão de futuro, os macro-objetivos, os eixos de desenvolvimento e as diretrizes estratégicas. Estas últimas fazem a interface entre o plano de longo prazo e o de médio prazo, que é o Plano Plurianual (PPA), no qual se trabalha no horizonte de quatro anos. As diretrizes estratégicas incluem, também, os programas e ações. São as ações que fazem a interface entre o planejamento de médio prazo e o de curto prazo, representado pelo Orçamento Anual.

O Governo da Bahia construiu um mapa estratégico onde estão apontados a visão de futuro, os macro-objetivos, os eixos de desenvolvimento e as diretrizes estratégicas. O ciclo de debates Pensar a Bahia é uma efetiva contribuição ao processo de planejamento estratégico, visando a consolidação de um modelo de desenvolvimento e governança solidária, através da atualização e do aperfeiçoamento de referido mapa estratégico.

3. CICLOS DE DEBATES



3.1 MÓDULO ESPECIAL

Desenvolvimento e poder municipal

Um eixo fundamental para se pensar o desenvolvimento da Bahia está na questão democrática, que envolve, por sua vez, a questão da descentralização de recursos, de poder e de decisões. A constituição de 1988 é o marco no estabelecimento das bases de formação de uma relação federativa mais descentralizada. Nas ações que derivam dela, nota-se a transferência de responsabilidade, sobretudo, para os municípios; porém, sem transferência correspondente de recursos e de fontes de financiamento.

Apesar do ganho com a descentralização no que se refere à sustentação da democracia, percebe-se a necessidade de promoção e aprofundamento de uma cooperação federativa como um instrumento de desenvolvimento e como uma ferramenta de implantação de políticas públicas. Logo, na formatação deste pacto federativo, a geração e distribuição de recursos se colocam como questões centrais.

A consolidação dessa nova relação federativa, que envolvem descentralização e democratização do estado, não se restringe apenas na relação entre governo do estado e municípios, mas numa relação mais ampla com a sociedade no sentido de alcançar um diálogo maior e mais aberto.

Projetos estruturantes para o desenvolvimento do Estado da Bahia

Uma das questões essenciais para se pensar na integração e desenvolvimento da Bahia no (curto, médio ou longo prazo) é o entendimento do processo de concentração. A tendência é que o investimento migre para localidades próximas ao centro de logística, dotados de condições que permita e viabilize a instalação dos meios de produção e que estes centros estejam interligados por modais de transporte por onde a produção possa ser escoada – estradas, portos, aeroportos.

Com isso, determinadas regiões do estado da Bahia são condenadas a um processo de atraso. Para contornar esta situação, faz-se necessário estimular o desenvolvimento de atividades econômicas específicas para cada localidade, ou seja, identificar as potencialidades produtivas de cada região (território ou cidade pólo) e promover ações de implementação destas atividades. Isto não implica, necessariamente, a implantação de indústrias em todos os lugares da Bahia, mas sim encontrar a vocação para cada localidade, seja na área industrial, turística ou cultural.

Os resultados da geração de empregos em janeiro de 2010 ilustram a possibilidade de uma desconcentração regional. Neste período foram registrados 14 mil postos de trabalho, dos quais sete mil foram gerados em diversos lugares do interior. O importante é promover políticas para a desconcentração de geração de empregos, viabilizando a geração de 70% das colocações no interior e 30% na RMS (PINHEIRO, 2010).

A construção da Ferrovia da Integração Oeste Leste, ligando o litoral (Ilhéus) à região oeste (Barreiras) passando por vários territórios de identidade é um exemplo de uma ação de promoção do processo de desconcentração regional. A ferrovia deve significar a possibilidade de atração de atividades e potencialização do desenvolvimento da região.

Neste contexto, percebe-se a importância do desenvolvimento de uma infraestrutura logística para permitir que cada região oferte as condições necessárias para o desenvolvimento.

O desenvolvimento de uma região causa demanda por saúde, por educação, por segurança, geração de trabalho e renda e melhoria de qualidade de vida da população. Logo, a preocupação com o investimento em uma infraestrutura adequada é extremamente salutar para estimular o desenvolvimento de uma região.

O módulo do PENSAR A BAHIA, que reuniu os Gestores Municipais foi importante para o objetivo de avançar na discussão do processo de desconcentração regional. Para oportunizar a participação dos Gestores presentes, os vinte seis territórios identidades baianos foram divididos em quatro vetores : o Vetor Norte, o Vetor Sul, o Vetor Leste e o Vetor Oeste .

Vetor Sul: Se destaca pela chegada da ferrovia Oeste Leste (FIOL), promovendo à integração da região e tornar realidade a ligação de importantes modais, como cruzamento da FIOL com a Ferrovia Centro Atlântica, duplicação da BR 101, melhorando o escoamento da produção de celulose e fluidez do tráfego de toda a região. Potencializar Itabuna, Jequié, inclusive com portos secos, como centros de distribuição, Vitória da Conquista também. (PINHEIRO, 2010).

1 Para visualização dos territórios identidades e como estes foram divididos em vetores, ver anexo.

2 É importante salientar que esta divisão configura-se apenas numa metodologia para discussão e não uma nova divisão regional.

- As propostas apresentadas pelos Gestores que participaram das discussões do VETOR SUL foram:
- (i) prover a região de uma infraestrutura adequada com a construção, reforma e manutenção das estradas, interligando todos os municípios, como também a estruturação dos aeroportos, saneamento básico, distribuição de energia (urbana e rural), para permitir o acesso entre um município e outro, possibilitando o escoamento da produção;
 - (ii) criação de novos hospitais, com atendimento de média e alta complexidade, como também de núcleos de especialização nas cidades-pólo;
 - (iii) interiorização e verticalização da cadeia produtiva agroindustrial, para geração de emprego e renda, com vistas nas vocações específicas de cada microrregião;
 - (iv) necessidade de interiorização dos cursos superiores e tecnológicos públicos, focando as especificidades de cada região, além da implantação regionalizada do sistema S (Senai, Sebrae, etc.), com o propósito de capacitação de servidores, empresários e outros;
 - (v) aparelhamento da segurança pública dos municípios com veículos, profissionais capacitados, cadeias públicas e presídios regionais;
 - (vi) incentivo ao turismo, dada a vocação dos municípios de Barra Grande e Ilhéus, principalmente.

Vetor Oeste: além da construção da ferrovia de integração Oeste Leste, se destaca as seguintes oportunidades para este vetor: complementação da BR-135, servindo as cidades de Formosa do Rio Preto, Santa Rita de Cássia, Riachão das Neves, Barreiras e Santa Maria da Vitória, readequação de capacidade da BR-242 sendo que seu percurso novo ligaria São Salvador da Bahia com o seu marco zero no Porto, atravessando a Baía de Todos os Santos, ligando a Ilha de Itaparica em conexão com São Roque do Paraguaçu, município de Maragogipe e extensão até Tocantins. Existe a proposta de implantação de mais uma universidade na Bahia, a Universidade Federal do Oeste Baiano. A modernização e revitalização da hidrovia no corredor do Rio São Francisco, a ampliação dos aeroportos de Barreiras e Bom Jesus da Lapa e a construção do novo aeroporto de Luís Eduardo Magalhães também foram mencionados.

- As propostas apresentadas pelos Gestores que participaram das discussões do VETOR OESTE foram:
- (i) a necessidade de inserção desta área numa estratégia nacional, com articulações com a região Centro-Oeste;

(ii) acessibilidade interna à região, permitindo fluxos internos, neste aspecto destacam-se: a duplicação do trecho de Tocantins a Porto Seco, entre Barreiras e São Desidério, na Bahia; a interligação da BR-242 com a BA-442, passando por Oliveira dos Brejinhos, Morpará e Xique-Xique; a construção da BA-152, de Novo Horizonte a Rio do Pires e a recuperação da BA-161;

(iii) atendimento hospitalar de alta complexidade, com a necessidade de ampliação dos hospitais nas regiões de Ibotirama, Santa Maria da Vitória e Bom Jesus da Lapa;

(iv) a notícia da possibilidade de implantação de uma nova universidade na Bahia, a Universidade do Oeste Baiano, suscitou a necessidade de descentralização de suas unidades, pelo menos entre as cidades mais importantes da região;

(v) apoio às cadeias e arranjos produtivos locais.

Vetor Norte: os projetos previstos para esta região são a construção e a pavimentação da BR-020 (liga Brasília a Fortaleza, passando pela Bahia), e da BR-122 (liga os estados do Ceará e Minas Gerais e serve às cidades baianas de Urandi, Pindaí, Candiba, Guanambi, Caetité, Paramirim, Boninal, Seabra, Iraquara, Souto Soares, Mulungu do Morro, Cafarnaum, América Dourado e Juazeiro), requalificação da ferrovia Juazeiro-Alagoinhas, readequação da capacidade da BA-052 (entre os municípios de Xique-Xique e Porto Feliz), revitalização e modernização da Hidrovia do São Francisco, implantação da plataforma logística de Juazeiro e construção do novo aeroporto de Irecê.

As propostas apresentadas pelos Gestores que participaram das discussões do VETOR NORTE foram:

(i) pavimentação e manutenção das estradas intermunicipais visando o desenvolvimento regional sustentável;

(ii) garantia de recursos para o abastecimento de água, saneamento básico e gestão de resíduos sólidos por meio de consórcios públicos intermunicipais;

(iii) ampliação da rede de presídios, do efetivo, da infraestrutura e da inteligência policial, bem como, investimentos em políticas públicas para a redução da criminalidade na região (esporte, lazer, educação e qualificação profissional);

(iv) fortalecimento da identidade e das manifestações culturais e artísticas da região, por meio da implantação dos “sistemas municipais de cultura” e equipamentos culturais em cada município;

- (v) implantação de instituições públicas regionais de ensino superior e de ensino técnico/profissionalizante;
- (vi) construção de hospitais regionais resolutivos, associados ao aprimoramento do sistema estadual de regulação;
- (vii) apoio à agricultura familiar e ao agronegócio como instrumentos geradores de emprego e renda;
- (viii) fortalecimento da estrutura logística estadual para facilitar o escoamento da produção.

Vetor Leste: no vetor leste observam-se a duplicação da BR-116 (liga Fortaleza-CE à Jaguarão-RS, passando por Vitória da Conquista e Feira de Santana), a ampliação da BR-242, a requalificação e a melhoria na malha da Ferrovia Centro Atlântica (FCA), a implantação do parque tecnológico em Salvador, visando atrair investimentos, e a implantação do projeto de mobilidade para a Copa de 2014.

As propostas apresentadas pelos Gestores que participaram das discussões do VETOR LESTE foram:

- (i) investimento na produção agrícola e na agricultura familiar, fortalecendo a cadeia produtiva até a industrialização;
- (ii) interiorização industrial com investimento em novas tecnologias e fortalecimento da indústria náutica e naval da bahia de todos os santos;
- (iii) investimento em planejamento e infraestrutura viária, energética, portuária, saneamento ambiental e desenvolvimento urbano;
- (iv) educação profissional e sócio-ambiental com expansão da UFRB e da UNEB;
- (v) investimento em infraestrutura com ênfase no desenvolvimento sócio-econômico-ambiental;
- (vi) implantação de pólos industriais regionais e subregionais, englobando diversos municípios, apoiada na complementaridade intermunicipal, aproveitando o potencial rodoviário do território;
- (vii) estímulo a formação e apoio ao funcionamento de consórcios intermunicipais;
- (viii) implantação de hospitais de base regional, para atendimento da rede de municípios de pequeno e médio porte.



3.2 MÓDULO 03

3.2 MÓDULO 03

Desenvolvimento e sustentabilidade

A retomada do planejamento de políticas públicas é uma das questões centrais para se avançar na agenda do desenvolvimento. Esta agenda passa pelo dilema entre desenvolvimento e sustentabilidade, entre meio ambiente e desenvolvimento, questões estas que são inseparáveis. Por ser um conceito interdisciplinar é importante ter em mente que “Desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as futuras gerações atenderem às suas próprias necessidades” (Comissão Mundial da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento - UNCED)

Falar em sustentabilidade é reconhecer que há limites para o crescimento, mas nem sempre tais limites são compreendidos pela sociedade. Portanto, para atender uma condição com desenvolvimento sustentável é importante ter a questão ambiental e social como prioridades.

O Brasil por ter uma matriz energética menos dependente de combustíveis fósseis, possibilita uma maior flexibilidade para definir as suas opções de desenvolvimento, ficando em uma situação mais confortável do que outros países em desenvolvimento. Considerando que 70% das emissões de gás de efeito estufa lançados na atmosfera pelo Brasil são decorrentes do desmatamento e das queimadas na Amazônia, sendo os outros 30% decorrentes de outras atividades torna-se possível concentrar as estratégias de diminuição das emissões desses gases em políticas de preservação da Amazônia, com pouco impacto sobre o setor produtivo.

Nós temos margem de manobra para isso porque nós temos uma matriz energética razoavelmente renovável, em que pesem os conflitos que nós temos nessa área. Nós temos um patrimônio natural extremamente significativo, uma enorme diversidade. E nós temos uma grande oportunidade de se inserir na economia global a partir da correta exploração desses ativos como, por exemplo, os biocombustíveis, que é uma das

questões mais importantes dentro desse contexto. O Brasil é um país que pode oferecer, como estratégia de negócio, alternativas tecnológicas, e outras, para ajudar o mundo a superar, ou minimizar os efeitos do aquecimento global (LANGONE, 2010).

Neste contexto, o Brasil deve encarar os seguintes desafios para garantir um desenvolvimento sustentável:
1) encontrar um equilíbrio entre crescimento econômico, inclusão social e sustentabilidade ambiental;

2) elaboração de políticas que garanta a inclusão social, visto que, em virtude da experiência, não há uma relação direta entre crescimento econômico e inclusão social;

3) superar a idéia de que o papel do Estado se resume à regulação das atividades e à diminuição da burocracia. O Estado tem um papel importante “*como orquestrador das políticas de desenvolvimento e como um agente extremamente importante na relação entre empreendedores e sociedade no sentido de articular investimentos com as agendas de desenvolvimento regionais*” (LANGONE, 2010) e, para isto, é necessário um Ministério do Planejamento que realmente faça o planejamento das políticas de desenvolvimento.

O Estado deve atuar como protagonista nas ações de planejamento de médio e longo prazo de modo a reduzir conflitos entre ambientalistas e empreendedores. Logo, fazem-se necessárias “estruturas voltadas para administrar essas diferenças e conformar uma visão estratégica de Estado” (LANGONE, 2010). Dois importantes instrumentos de planejamento que o Estado deve implementar são:

1 - Zoneamento Agroecológico (ZAE) – é uma forma de zoneamento que determina o que e onde será possível plantar; quais as limitações de uso do solo, em atividades agropecuárias; quais as causas da poluição ambiental e da erosão do solo, o que pode ser feito para combater esses problemas; e como reduzir os gastos com insumos agrícolas, aumentando a produtividade e mantendo a qualidade da produção, facilitando o rendimento da mão-de-obra. É realizado o estudo do uso do solo para a agricultura, pecuária, silvicultura, extrativismo, conservação e preservação ambiental, a partir da elaboração de mapas na escala de 1:100.000 com informações sobre caracterização climática, solos, aptidão agrícola, cobertura vegetal e uso das terras, potencial para uso de máquinas, sustentabilidade à erosão, e potencial social para diferentes atividades”. (BRASIL, 2010).

2 - Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE)- é instrumento para planejar e ordenar o território brasileiro, harmonizando as relações econômicas, sociais e ambientais que nele acontecem. Demanda um efetivo esforço

de compartilhamento institucional, voltado para a integração das ações e políticas públicas territoriais, bem como articulação com a sociedade civil, congregando seus interesses em torno de um pacto pela gestão do território. O ZEE é ponto central na discussão das questões fundamentais para o futuro do Brasil como, por exemplo, a questão da Amazônia, do Cerrado, do Semi-árido Brasileiro, dos Bio-combustíveis e das Mudanças Climáticas. Uma das suas características principais é sobrepor todos os outros tipos de zonamento existentes". (Brasil, 2010).

No entanto, tal zoneamento deve ser feito levando em conta a relação entre as cadeias produtivas, numa visão de conjunto, e não apenas de uma determinada cadeia. Desta forma pode-se organizar a ocupação do território com as suas potencialidades de desenvolvimento, "articulando as vocações tradicionais já existentes e, eventualmente, novos vetores de desenvolvimento possíveis" (LANGONE, 2010) e, assim, minimizar os conflitos e pressões de uma cultura sobre outra.

Em tempos de grandes empreendimentos pelo país, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), cabe, também, planejar a inserção destes empreendimentos no desenvolvimento da região. Pois, a presença de grandes empreendimentos em cidades de pequeno e médio porte pode trazer alguns problemas:

- Dinâmica de ocupação gerada pelo efeito de borda, que pode trazer efeitos extremamente negativos para a sustentabilidade local;
- Tendência de transferência de função do Estado para os empreendedores;
- Geração de dependência que pode resultar em relação clientelista entre atividade e comunidade do entorno;
- Não combinar investimentos na estruturação e construção de equipamentos públicos com uma estratégia de criação de capacidade nas prefeituras municipais para a gestão dos mesmos;
- No "*pico de obra*" - aporte de população provoca um desequilíbrio no município e sobrecarga nos serviços públicos, além de efeitos indesejados, como o aumento da violência, a prostituição, o consumo de drogas, etc. Priorizar mobilização de mão de obra local;
- Na operação do empreendimento - oportunidade bem maior para uma solução estruturante para a formação da mão de obra permanente que vai se agregar à população local;

- Atenção para o processo de desmobilização, em que se torna fundamental a priorização de aproveitamento da mão de obra local.

Compete, então, aos municípios, formatar uma estratégia de desenvolvimento regional que viabilize a ocupação de seu território de forma planejada, com o uso sustentável dos recursos da biodiversidade. Ou seja, é fundamental que cada município tenha seu Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA).

Política Agrária, Agronegócio e Agricultura Familiar

Agricultura Familiar

Segundo o Censo Agropecuário de 2006, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a agricultura familiar representa 50% dos estabelecimentos no Nordeste sendo que a Bahia é o Estado que tem mais agricultores familiares do Brasil (662mil propriedades das 740 mil existentes) e que estas propriedades são responsáveis pela maior parte da ocupação de trabalhadores no campo bem como pela produção de produtos agropecuários. Outra constatação do Censo é que nos últimos 10 anos ocorreu um aumento no número de estabelecimentos de agricultura familiar, apesar do vertiginoso processo de urbanização. Possivelmente estes dados foram influenciados pela política de reforma agrária do Governo Federal. No que se refere ao valor bruto da produção (VDP) por área em cada hectare, por ano, no agronegócio é de R\$322,00 (trezentos e vinte e dois reais), enquanto que na propriedade do agricultor familiar é de R\$515,00 (quinhentos e quinze reais). Perante estes dados, percebe-se a importância da agricultura familiar para a economia.

Para a adoção de políticas públicas voltadas para o fortalecimento da Agricultura Familiar é necessário além do conhecimento dos números estatísticos, conhecer o contexto histórico em que a agricultura familiar se desenvolveu, como o meio ambiente foi determinante para construir a experiência desta modalidade de agricultura em cada um dos territórios. Ou seja, é fundamental conhecer a experiência construída socialmente ao nível de cada território, compreendendo as estratégias de sobrevivência da população rural.

Outro elemento importante é investigar a história das políticas públicas focadas na agricultura familiar e buscar entender porque as mesmas não foram exitosas. Uma das razões que se pode apontar é a falta de participação das comunidades na elaboração destes projetos.

A população rural tradicional adotava uma estratégia de sobrevivência na qual as famílias tentavam plantar para que durante uma parte do ano tivessem recursos para sobreviver do que produziram e na outra parte do ano, quando não dava para plantar, ocorria, então, o processo da migração sazonal, em que essa

população buscava trabalho nas colheitas de outras regiões. No entanto, com o advento da industrialização e mecanização da agricultura, ocorreu uma diminuição da demanda de mão-de-obra, o que comprometeu esta estratégia de sobrevivência.

No entanto, as estratégias atuais de sobrevivência se concentram nas políticas públicas do Governo Federal, em especial nas aposentadorias e no Programa Bolsa Família. No entanto, como essa renda adicional tem um prazo finito, com a morte do aposentado ou com a saída das crianças da faixa etária para participar do Programa Bolsa Família gera a necessidade de desenvolver políticas públicas que alterem a estratégia de sobrevivência.

Dentre os grandes desafios do setor está a necessidade de criar uma marca para esses produtos, criar uma aparência que permita identificá-los como sendo de origem da agricultura familiar, visto que o mercado já tem simpatia por este tipo de produto. Outro desafio é garantir a acessibilidade dessas famílias às políticas públicas federais e estaduais para a agricultura familiar.

Dentre as políticas públicas que devem ser implantadas ou reforçadas destaca-se:

1 - Questão do financiamento e crédito:

- a) renegociação de dívidas dos agricultores;
- b) programa Crédito Assistido da Secretaria da Agricultura, no qual antes de conceder o crédito é feito um treinamento básico, com assistência técnica especializada, para que o recurso seja aplicado de forma eficiente;
- c) programa Mais Alimentos, do Governo Federal, em que o pequeno agricultor recebe um financiamento para a compra de equipamentos – desde um facão até um trator de 75cv – com três anos de carência e mais sete anos para pagar, sendo que para os agricultores do Estado da Bahia os juros serão pagos pelo Governo Estadual;
- d) facilitar o acesso do agricultor familiar no Programa Seguro Garantia-Safra, ação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que atende ao agricultor da região Nordeste para minimizar os efeitos da perda de safra por motivo de seca ou excesso de chuvas.



2. Reestruturação da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), convênios com movimentos e organizações sociais e um pacto federativo com o Governo Federal, para ampliar a assistência técnica aos agricultores;

3. Quanto à comercialização, tem-se:

- a) inserção de produtos da agricultura familiar nas lojas da Cesta do Povo, através de um programa da Empresa Baiana de Alimentos (EBAL);
- b) Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), com compra direta, formação de estoques, compra com doação simultânea e PAA Leite;
- c) introdução de produtos da agricultura familiar na merenda escolar (na proporção de 30%);

AGROPECUÁRIA

A Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia (SEAGRI) informa que a agropecuária é responsável por 76,4% da produção vegetal e 23,6% da produção animal sendo que em relação ao valor da produção vegetal, a lavoura representa quase 90% e a silvicultura, extração e horticultura representam praticamente 10%. Em termos da produção animal, tem-se que: a bovinocultura de corte representa 47,2% e a de leite, 17,4%; avicultura, 19%; caprinocultura, 2,5%; os outros somados representam 13,9%.

A caprinocultura merece um destaque maior em virtude de ser um dos principais produtos em oito regiões do Estado. Tais regiões, em conjunto, somam uma população de mais de três milhões de pessoas – “*uma atividade de sobrevivência do agricultor rural, em regiões que têm poucas oportunidades de outros negócios*” (MARTINS, 2010). Por esta razão, o governo deve promover programas de apoio para esta atividade.

A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia (FAEB) apresentou as seguintes propostas para o desenvolvimento do setor:

1. É fundamental a organização da produção por parte do produtor, com o fortalecimento da cadeia como um todo, da produção até a comercialização, além do incentivo para o fortalecimento dos arranjos produtivos locais (APLs)³;
2. Desenvolver pesquisa específica para o Semiárido;
3. Desenvolver a extensão rural e a assistência técnica para o desenvolvimento do meio rural. Tal extensão rural deve ser integralizada com a rede municipal visando o fortalecimento dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural.
4. Tornar a defesa sanitária mais efetiva, com atuação em tempo real através de tecnologia digital de informação via Internet – que já vem sendo feito através da EDBA, com apoio da Secretaria da Agricultura – bem como através da inserção da Vigilância Sanitária municipal.
5. Participação da sociedade nas discussões sobre questões fundiárias;
6. Apoio aos programas do Governo Federal: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e os programas da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab);
7. Fortalecimento das Câmaras Setoriais;
8. Evitar sobreposição das diversas secretarias, com a sugestão que se crie uma secretaria para coordenar as ações;

³APLs são: “[...] aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais - com foco em um conjunto específico de atividades econômicas - que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros - e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos (como escolas técnicas e universidades); pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento”. (CASSIOLATO E LASTRES, 2003, p.27)

AGRICULTURA EMPRESARIAL

As diretrizes definidas pelo Governo Estadual no que se refere ao setor da agricultura empresarial, as ações são:

1. Desenvolvimento de um planejamento estratégico para cada cultura, com a criação de câmaras setoriais;
2. Garantir o crédito, através do “plano safra agropecuário” do Estado da Bahia, que delimitou o que cada agente financeiro tem de recursos para cada uma das culturas;
3. Garantir a infraestrutura necessária para a produção e seu escoamento, o que inclui a ferrovia Oeste-Leste, as rodovias, a energia elétrica, os portos, os aeroportos. Isto em parceria com outras secretarias.
4. Programa Oeste Legal, que tenta encontrar uma solução de médio e longo prazo para resolver o problema da falta de licenciamento ambiental, através de um trabalho conjunto entre as Secretarias da Agricultura, de Planejamento e do Meio Ambiente;
5. Retirada da zona tampão (local que têm status sanitário precário), onde não é permitida a pecuária;
6. Construção de frigoríficos nas regiões em que não há atuação da iniciativa privada no setor, combatendo, assim, o abate clandestino;
7. Melhorar a produtividade do leite, através de ações que enfrentem a questão da entressafra, a questão genética, assistência técnica, dentre outros; e
8. Implantação do Programa Sertão Produtivo, que consiste na doação de caprinos e ovinos melhorados geneticamente para os pequenos agricultores familiares por um prazo de 18 meses, repassando para outra família pré-determinada ao final deste período.

O Oeste baiano - AGRONEGÓCIO

A partir da década de 1990 o oeste baiano tornou-se uma importante área de expansão agrícola no Brasil em função da localização geográfica , do clima e do solo, possibilitando o plantio em grandes extensões culturas de soja, o milho e o algodão, em regime de rotação de cultura, onde se pode plantar cada ano uma cultura, fazendo rotação e evitando assim a proliferação de pragas e doenças (HORITA, 2010). Dentre as



principais culturas hoje são plantados 1.050.000 hectares de soja, 242.919 hectares de algodão, 170.000 hectares de milho e 288.684 hectares de outras culturas com um valor bruto da produção de R\$3.823,66 milhões e sendo gerados 59.226 empregos diretos formais na agropecuária da região, fora os empregos indiretos (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia -SEI).

Isto tudo tornou a região um benchmarking para o mundo no que se refere à produção de soja, milho e algodão. Considerando estas três grandes culturas, não se conhece outra região em que haja uma convivência tão harmônica que possibilite a viabilidade econômica.

Em relação ao setor produtivo e às políticas agrícolas as ações a serem implementadas segundo a AIBA são:

- 1) aumentar a produtividade com a redução de custos;
- 2) melhorar a qualidade, em especial a do milho, realizando alguns ajustes de armazenamento, objetivando a exportação;
- 3) ampliação da capacidade de armazenagem, acesso a crédito para a construção de armazéns privados em cada propriedade, não obstante a necessidade de armazéns públicos
- 4) capacitação para lidar com mecanismos de comercialização e garantia de preço, como Bolsas de Futuros e Bolsas de Mercadorias.
- 5) instalação de agroindústria, com o adensamento da cadeia produtiva – por exemplo, com implantação de indústria têxtil no Oeste baiano – e incentivos à criação de APLs, com integração da produção de milho e soja com a avicultura e pecuária.

RECURSOS NATURAIS

Mineração

A história da mineração na Bahia é rica e bem antiga. Hoje, a Bahia é o quinto maior produtor mineral no Brasil, sendo o maior produtor nacional de urânio, níquel, cromo, salgema, magnesita, talco e barita. No Estado, atualmente, são explorados 34 minerais diferentes, por cerca de 350 empresas de mineração, distribuídas por quase uma centena de municípios. O Estado ainda possui uma liderança em termos de pesquisa mineral no Brasil, com cinco mil pedidos de pesquisa mineral, em 2007. Hoje, a Bahia tem a maior cobertura geológica do país, com quase 40% da área do Estado já coberto.

Em 2008, o valor da produção mineral na Bahia foi de R\$2,46 milhões. O segmento representa 2,4% do PIB estadual. Existe a possibilidade de expansão do setor para representar 4 a 5% do PIB do Estado. Do total da mineração, 45% são gerados pela atividade de extração de 34 bens minerais, que são os carros-chefe da indústria mineral da Bahia; 55% desse valor decorrem da atividade de exploração e produção de petróleo e gás.

Para melhorar a atividade mineral na Bahia, o Governo deve:

- 1) atrair novas empresas para explorar projetos no Estado, com estímulo à exploração de depósitos minerais no Estado;
- 2) promover as licitações da CBPM para privatizar essas novas áreas, com depósitos já identificados;
- 3) simplificar e agilizar o processo de licenciamento ambiental;
- 4) viabilizar o acesso a créditos incentivados e prazos dilatados junto ao BNDES, Banco do Nordeste e Desenbahia;
- 5) adotar novos programas de incentivos fiscais.

Petróleo e Gás

A Bahia possui importantes áreas de extração de petróleo e gás, tanto em terra denominados campos *on-shore* (a Bacia do Recôncavo, a Bacia de Tucano e a Bacia de Jatobá, sendo a mais importante, e antiga, a do Recôncavo) como bacias no mar, denominadas *off-shore* (Bacia de Camamu-Almada, a Bacia do

Jequitinhonha e a Bacia de Cumuruxatiba, que fica no extremo sul do Estado A Bahia possui três bacias marítimas).

Apesar da Bahia responder por 60% do petróleo da Petrobrás extraído em terra, estas bacias apresentam, em sua maioria, campos maduros ou marginais, que são campos que produzem menos de 500 barris por dia.

Maduros são aqueles campos que começam a entrar em declínio com a atividade, com 10, 15 anos de produção. Ele começa produzindo mil barris por dia e hoje está produzindo 10 barris. (...) marginais são campos considerados não econômicos, ou seja, eles podem produzir só que comercialmente não são interessantes. (RAPPEL,2010).

A produção baiana de petróleo é de 46 mil barris/dia de óleo, o que representa uma média de menos de 30 barris de petróleo por poço. Tal razão é muito baixa em comparação com outros poços, como o da Bacia de Campos que chega a produzir 30 mil barris por dia. A Bahia produziu, em 2008, 5,5 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia.

Estes campos têm uma baixa rentabilidade para as grandes empresas. Mas, como são lucrativos para as pequenas empresas ou produtor individual, havendo um incentivo, com a transferência ou parceria com a Petrobrás e pequenos produtores, estes poços podem vir a se tornar viáveis e uma fonte de produto não desprezível. Existem experiências internacionais (USA e Canadá) com exploração em campos maduros e marginais reunindo grande número de pequenos produtores, que juntos produzem mais de dois milhões de barris de petróleo por dia.

Neste sentido o Estado deveria criar ações para incentivar a exploração destes campos marginais, possibilitando:

- 1) valorização das áreas onde eles se situam;

- 2) geração de oportunidade para instalação de novas empresas para produzir o petróleo, gerando emprego e renda;

- 3) aumento da produção de óleo e gás no Estado;

- 4) atração de empresas que vão prestar serviços e vender equipamentos para esses pequenos produtores;

- 5) implantação de serviços públicos que antes não existiam ou eram precários, como estradas, bancos, postos



de saúde, saneamento, dentre outros;

6) revitalização das economias locais com aumento da renda, da receita de impostos, etc;

7) melhoria da distribuição de renda e qualidade de vida em municípios do interior.

Infraestrutura x atração de indústrias

A industrialização do estado da Bahia se deu a partir do Pós-Guerra quando houve a criação da CHESF e do Complexo Hidroelétrico de Paulo Afonso, marco muito importante para o desenvolvimento da Bahia. Em 1949 foi implantada a Petrobrás e instalada a Refinaria Landulfo Alves. Em 1967, foram criadas a Sudene e a Conder como órgãos de fomento e incentivo à atividade industrial do Nordeste e do Estado da Bahia, respectivamente. Nesta época começa a modernização da indústria e ampliação da geração de emprego e renda na Região Metropolitana de Salvador, com início do estudo para implantação do Pólo Petroquímico, que, à época, pensou-se que poderia ser próximo à Refinaria Landulfo Alves. A estratégia da época era a industrialização focada na cadeia produtiva de petróleo e dos bens metálicos, principalmente alumínio, cobre e ferro-ligas. Nos últimos 30 anos houve a criação da indústria de bens básicos como o marco para o fomento, a germinação, da indústria de bens finais.

No entanto, esta germinação não ocorreu como esperado devido principalmente à falta de infraestrutura visto que depois de inúmeras crises, o Estado brasileiro passou a esperar a instalação da demanda para só então investir em infraestrutura. A tendência nos países desenvolvidos e nos que buscam o desenvolvimento é construir a infraestrutura primeiro e depois atrair as indústrias. Atualmente, com a retomada da capacidade de investimento, é importante que a logística seja priorizada. Algo está sendo feito neste sentido desde a adoção do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

No que se refere à localização, a Bahia possui cinco pólos de desenvolvimento: Região Metropolitana de

Salvador, incluindo Feira de Santana, produtor do setor petroquímico e metal-mecânico; Região Norte, com a produção de frutas; Região Oeste, com a produção de grão; Região Sul, produtora de celulose; e Região Sudoeste, com a produção de minérios. A falta de logística faz com que as regiões extremas utilizem os portos de outros Estados para escoar a sua produção. Cabe fazer uma integração destes pólos no próprio Estado, que se dará através dos investimentos em infraestrutura com: a ferrovia Oeste-Leste; requalificação das rodovias BR-324 e BR-116; uma política efetiva de meio ambiente; melhorias no setor de habitação e saneamento básico.

Nos últimos anos vem se verificando uma descentralização setorial nos investimentos na Bahia mas quando se trata dos investimentos previstos para 2009-2013, o setor mais representativo é o da indústria de metal-mecânica, concentrada na Região Metropolitana de Salvador.

Dentre os grandes projetos de desconcentração indústria da RMS, podemos destacar a implantação do Projeto da Bahia Mineração está previsto a extração mínima anual de 18 milhões de toneladas de minério de ferro. Será desenvolvido na região de Caetité, sudoeste baiano, a construção do complexo industrial de Ilhéus, com a instalação do porto sul e construção de um novo e moderno aeroporto e a modernização da BR 101, além da construção de um centro logístico em Itabuna.

3.3 MÓDULO 04



Mudanças de paradigmas – da sociedade agrária à sociedade pós-industrial

O Brasil é um país com uma pequena experiência democrática. Em 2010 está completando 25 anos de democracia e durante os 500 anos de história não teve mais de 50 anos de democracia, o que é muito pouco. Em toda história do país, as experiências mais exitosas de planejamento ocorreram justamente no período do Regime Militar, quando foi adotado o mecanismo de reunir os especialistas das mais diversas áreas em Brasília e ali elaborar o planejamento. Num regime democrático a construção do planejamento é mais complicada e demorada, pois é feito através do diálogo, mas, apesar disto, é este o método mais aconselhável e que impede a repetição dos erros do passado.

"O desenvolvimento não é algo homogêneo, contínuo, natural. O desenvolvimento é provocado, ele é inventado, ele é construído" (POCHMANN, 2010). Podem-se identificar três padrões de desenvolvimento: agrário, urbano-industrial e pós-industrial. Agora estamos vivendo a época da transição da sociedade urbano-industrial para a sociedade pós-industrial. Esta é uma oportunidade que o Brasil não deve deixar passar, pois, *"nós temos uma mudança do ponto de vista da divisão do mundo nessas passagens, em relação a padrões de desenvolvimento"* (POCHMANN, 2010).

Dividindo-se os países do mundo entre desenvolvidos e não desenvolvidos e fazendo-se uma análise da participação destes países no Produto interno Bruto (PIB) mundial, percebe-se que a liderança do mundo na sociedade agrária era dos países hoje tidos como não desenvolvidos. No fim do século XIX, até o século XX, há uma inversão, com o início da época do padrão urbano-industrial, em que há um protagonismo dos países desenvolvidos. Agora, na virada para o século XXI, há uma nova inversão, com a entrada no padrão pós-industrial, quando se verifica que *"75% do crescimento mundial foi puxado basicamente pelos países chamados não desenvolvidos, fundamentalmente Brasil, Índia e China"* (POCHMANN, 2010). A crise internacional de 2008-2009 teve seus efeitos mais fortemente sentidos nos países desenvolvidos, onde foram necessárias políticas fiscais para evitar a quebra de grandes empresas e bancos, enquanto que nos países em desenvolvimento a crise

foi combatida, de maneira geral, por uma política monetária e fiscal expansiva.

Voltando-se para o padrão de desenvolvimento do Brasil, tem-se que uma marca característica é a incapacidade histórica de redistribuir os ganhos gerados. O Brasil é um país marcado pela concentração de renda. Em 2000, 10% da população mais rica do país absorvia 75,4% de toda a riqueza gerada. Esta desigualdade se deve, em parte, a não realização das três reformas clássicas do capitalismo contemporâneo: 1) reforma agrária, visto que se mantém concentrada a estrutura fundiária brasileira; 2) reforma tributária, pois, no Brasil, os pobres pagam proporcionalmente mais impostos que os ricos; e 3) reforma social, “*do ponto de vista de ter um padrão social compatível com o nível de riqueza que temos hoje*” (POCHMANN, 2010).

Apesar destas reformas ainda não terem sido feitas, pode-se observar uma redução das desigualdades de renda, principalmente a partir de 2005, quando o aumento dos gastos fez muitas pessoas saírem da condição de pobreza. Há, ainda, a concentração regional, em que a região Sudeste concentra algo em torno da metade da riqueza produzida no país; e a concentração populacional na região litorânea e em grandes cidades. Uma das ações louváveis no que tange à descentralização espacial da educação foi a expansão da rede de escolas técnicas no Brasil para as cidades menores do interior. Outra ação recente foi a realização de investimentos descentralizados em infraestrutura, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O padrão de desenvolvimento pós-industrial promove uma mudança de paradigma, para uma economia cujo principal motor da expansão é o conhecimento, que não deve ser confundido com um somatório de informações. Essa sociedade do conhecimento pressupõe uma revolução educacional que não deve mais formar especialistas que só conhecem a sua própria área de atuação, mas, pessoas capazes de agregar, analisar e sistematizar informações. Além disto, do trabalhador desta sociedade será demandado, no mínimo, a graduação, o que exigirá o ingresso em torno dos 25 anos no mercado de trabalho. No entanto, esta é uma realidade que só é possível aos filhos dos ricos, sendo, portanto, um desafio a ser encarado. Além disto, outro desafio é ampliar o acesso dos jovens de 18 a 24 anos de idade ao ensino superior, que deverá ser algo em torno de 90%; e não 13%, como hoje. Outra necessidade desta nova sociedade é encarar a educação como algo continuado, que se estende por toda a vida e para o qual o sistema de educação ainda não está preparado.

Outra questão é o Direito do Trabalho, que foi todo pensando dentro da lógica do padrão urbano-industrial de produção material, em que esforço físico e mental resulta em algo palpável e que a realização do trabalho se dava apenas em um local específico, no qual se cumpria uma determinada jornada de trabalho. Na sociedade

do trabalho imaterial todos estes parâmetros não são mais aplicáveis. O trabalho é feito em qualquer lugar e sem dias ou horários específicos. “*Nós estamos dormindo com o trabalho, sonhando com o trabalho, acordando com o trabalho. Esse trabalho está gerando riqueza. Uma riqueza que não está sendo contabilizada, não está sendo repartida*” (POCHMANN, 2010).

Esta sociedade pressupõe uma profunda reforma do Estado, de ações articuladas, planejadas e integradas, que possam atender a estas novas necessidades e desafios.

Ciência & Tecnologia, Universidades e Centros de Pesquisa

A ciência é “*a possibilidade de ver as coisas de forma diferente a cada momento*” (BARRAL NETO, 2010), pois ela permite que se possa questionar o estabelecido e avançar no que se tem como limite do possível. Para se avançar em termos de ciência é fundamental fazer um forte investimento em educação, pois, quem produz ciência necessita ter uma boa base educacional. Quanto mais doutores pela população total, maior tende a ser o IDH. Quando se compara a Bahia com os outros Estados brasileiros, percebe-se que é necessário “*avançar muito, tanto em desenvolvimento humano quanto em frequência de doutores por população*” (BARRAL NETO, 2010). Cabe avaliar como está nosso sistema de educação.

As universidades baianas são, de modo geral, novas. A mais antiga é a Universidade Federal da Bahia (UFBA), que completou 70 anos; excetuando-se a Faculdade de Medicina. A Universidade Estadual de Santa Cruz tem apenas 18 anos. Segundo o Censo da Educação Superior de 2008, tem-se o seguinte diagnóstico das universidades baianas:

As matrículas nas instituições privadas são 2,5 vezes maiores que nas instituições públicas. Em termos das vagas na rede pública, há uma grande concentração nas capitais, prioritariamente no ensino federal, enquanto que o ensino público no interior da Bahia é feito quase em sua totalidade pelas universidades estaduais. Além da descentralização do conhecimento, as universidades estaduais ainda têm promovido a contratação e fixação de mestres e doutores no interior do Estado. Em 2008, do quadro docente das universidades estaduais, 75% (2.773) eram de mestres e doutores, o que melhora a qualidade da universidade, com produção de conhecimento “*que possam ser direcionados para o uso da sociedade, mas acima de tudo para tornar essas universidades mais competitivas, colocando-as num patamar de modernização mais evolutivo, mas acima de tudo que elas sejam competitivas dentro da estrutura nacional*” (SILVA, 2010).

Em termos da formação dos doutores, ela é realizada basicamente na universidade pública, que concentram



89% dos cursos de doutorado. Tem-se observado um aumento do número de doutores no Brasil, mas, segundo dados da The National Science Foundation (NSF), este crescimento só foi capaz de manter a proporção de doutores brasileiros (2%) em relação ao resto do mundo, na comparação de 1980 e 2000.

Quanto ao nível da produção, utilizando-se como parâmetro a produção científica indexada internacionalmente, segundo dados do *Institute for Scientific Information (ISI) Web of Science*, tem-se que apenas recentemente o Brasil produziu a mesma proporção de artigos científicos que a proporção de seus doutores, ou seja, 2%. “Até aqui nós estamos apenas fazendo o que nós já deveríamos ter feito antes. De agora em diante começa o nosso desafio real” (BARRAL NETO, 2010). Segundo SCImago Institutions Rankings (SIR), mesmo com 2% da produção, o Brasil fica em 14º (décimo quarto) lugar, porque a produção mundial é muito concentrada em alguns países. Quando se trata da utilização do conhecimento produzido no Brasil, medido através do número de citações, o país fica em 22º (vigésimo segundo) lugar. “Então, na verdade, nós ainda temos uma quantidade maior do que a qualidade expressa por esse parâmetro” (BARRAL NETO, 2010).

O Brasil investe pouco em ciência & tecnologia, apesar de ter aumentado o volume investido. Porém, em comparação ao PIB, praticamente não aumentou a proporção dos investimentos. Foram investidos 1,02% do PIB em 2000 e 1,09% 2008. Vale destacar que se for comparado com o resto do mundo, poucos são os países que investem algo em torno de 1% do PIB. Em termos da origem desses investimentos, segundo o Ministério da Ciência e Tecnologia, o setor público e o privado investem praticamente a mesma proporção, sendo que o primeiro investe mais que o segundo. Esta realidade é diferente nos países considerados desenvolvidos, em que há “um investimento de um terço da área pública e dois terços da área privada em ciência & tecnologia” (SOUZA, 2010).

Quando comparada a Estados do Nordeste, como Ceará e Pernambuco, a Bahia teve um crescimento importante do número de doutores e de produção científica. Mas, quando se compara o PIB e o tamanho da população dos três Estados, percebe-se que, apesar da Bahia ter a maior população e o maior PIB,

Pernambuco tem um maior número de programas de doutorado e um investimento maior em educação. Também em termos de captação de recursos do Ministério da Ciência e Tecnologia por doutor, a Bahia recebe metade dos recursos de Pernambuco.

As universidades têm um papel importante para o desenvolvimento regional e nacional, pois elas têm cinco objetivos: 1) contribuir com a **integração regional**; 2) desenvolver uma **massa crítica regional** de alto nível; 3) impulsionar a **investigação de ciência & tecnologia** em áreas estratégicas, não só na área de abrangência da universidade, mas do próprio Estado; 4) coordenar as atividades de **educação continuada**; e 5) proporcionar a **interação com a sociedade**.

Mas, para alcançar este objetivo, são necessárias algumas políticas de Estado, como:

- Envolvimento da universidade nos planos e programas de governo;
- Atrelar a obtenção dos recursos para a pesquisa aos resultados da mesma. O descasamento destas variáveis é o principal motivo das empresas não estarem nas universidades, e as pesquisas acabarem sendo desenvolvidas pela universidade;
- Aumentar a área de abrangência, tanto de conhecimento, quanto territorial, das instituições estaduais de ensino superior;
- Utilização de critérios de melhoria de eficiência e eficácia no estabelecimento do orçamento. Os indicadores de mérito são: número de alunos; número de professores; número de técnicos e analistas; número de patentes registradas; (...) número de publicações em revistas indexadas internacionais, (...); número de graduações e número de cursos de pós-graduação; total de recursos externos captados e total de recursos do Tesouro do Estado; número de professores que participam de conselhos e comitês de governo.

Com estas ações, em que há uma convergência entre governo e universidades, em que há uma utilização da massa crítica da universidade em prol da solução dos problemas da sociedade, pretende-se uma transformação real no cenário local. Mas, a efetividade desta transformação depende das respostas às seguintes perguntas:

- qual o papel das universidades estaduais para o Governo da Bahia?
- qual o sistema de ensino superior a ser adotado pelo Governo da Bahia?

Pois, apesar dos projetos do governo e dos problemas da população local, a universidade não tem sido procurada para dialogar com o governo.

Com o objetivo de promover uma gama de iniciativas, ações e programas que tornem a ciência, tecnologia e inovação (C,T&I) instrumentos para o desenvolvimento do país, o Ministério da Ciência e Tecnologia lançou, em 2007, o **Plano de Ação 2007/2010: Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional**. Tal plano possui 4 prioridades estratégicas. A idéia é tratar a ciência & tecnologia como uma política de Estado, enquanto um instrumento de desenvolvimento nacional.

I - Expansão e Consolidação do Sistema Nacional de C,T&I

II - Promoção da Inovação Tecnológica nas Empresas

III - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estratégicas

IV - C,T&I para o Desenvolvimento Social

Esta é uma experiência nacional de amadurecimento dos sistemas de Ciência, Tecnologia e Inovação, mas que ainda não tem a adesão da maioria dos Estados. Este amadurecimento demonstra a necessidade da Bahia de desenvolver um plano estadual para a área de ciência & tecnologia “que seja liderado pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e pela Fapesb, mas que tenha também a participação de diversos atores de dentro e de fora do governo de uma maneira mais integrada” (SOUZA, 2010).

Deve-se estimular o empreendedorismo, ligado tanto às empresas privadas, quanto às cooperativas, à agricultura familiar, à economia solidária e às iniciativas de cooperação entre os centros de pesquisa e os empreendimentos (com participação dos pesquisadores em projetos de inovação). Neste processo é importante rever o papel das universidades com uma “redefinição, ou incorporação de novas finalidades, de novos objetivos ao papel das universidades” (SOUZA, 2010). Outra forma de produção e difusão do conhecimento é a cooperação das grandes empresas do parque industrial baiano com empresas pequenas, seguindo um conceito de inovação aberta⁴, pois, desta maneira, grande parte do conhecimento produzido, que era desperdiçado, passa a ser aproveitado por ambas as empresas.

A instalação do Parque Tecnológico de Salvador pode ser um importante marco na área de ciência & tecnologia na Bahia. A idéia de parque tecnológico está fortemente associada com o estímulo ao surgimento de novos empreendimentos de base tecnológica, como ocorreu na conhecida experiência do Vale do Silício na Califórnia, nos EUA, e, também, no Centro Empresarial para Laboração de Tecnologias Avançadas (CELT), em Florianópolis-SC.

⁴Este tipo de inovação mescla práticas dos modelos tradicionais com uma grande interação da organização com agentes externos (ROSSI, 2009).

Como desafios para o setor têm-se: 1) a elevação de investimentos em ciência & tecnologia no estado, públicos e privados; nos público, tanto federais como estaduais; 2) elaboração de um plano estadual de ciência & tecnologia, em que se possa fazer a integração dos diferentes atores, estabelecer prioridades, focos para a atuação do estado da Bahia nessa área de ciência & tecnologia; 3) a criação de uma carreira de gestão em ciência & tecnologia para atender necessidades de alguns órgãos, como a Secti, a Fapesb e as universidades estaduais, que agora estão criando seus núcleos de inovação tecnológica e que vão precisar de especialistas em gestão da inovação e política da propriedade intelectual; 4) regulamentação da Lei de Inovação e sua implementação nas universidades do estado; 5) criação de um sistema local de indicadores de ciência & tecnologia, que, inclusive, já tem sido feito em ações da Fapesb, tanto junto ao Confap como ao CGE, para que nós possamos ter outros instrumentos que ajudem na cooperação entre universidades e empresas (SOUZA, 2010).

Economia da Cultura

Ao longo da história do pensamento econômico, os economistas das mais diferentes escolas não se interessaram pela economia da cultura, do entretenimento, pois ela era tida ou como trabalho improdutivo ou de difícil determinação do seu valor.

Segundo dados do Banco Mundial, 7% do PIB global é originado na economia da cultura, cuja participação no PIB cresce a uma taxa média da ordem de 10% ao ano. Em 2005, só o mercado de audiovisual movimentou algo na ordem de 450 bilhões de dólares. A Revolução Industrial promoveu uma primeira transformação do conceito de riqueza que passa do campo da agricultura para o campo da indústria. Atualmente, está ocorrendo uma nova mudança, agora a riqueza sai do campo da indústria para o campo dos serviços. Isto explica o lugar que a economia da cultura exerce hoje na agenda contemporânea, em que a cultura “abandonou o espaço das low politics e foi para alta política” (MIGUEZ, 2010) e já é tema de disputas na Organização Mundial do Comércio (OMC).

No modelo industrial, quando você produz uma lata de refrigerante e dá essa lata, você a perde. Já na economia do conhecimento, quando você compartilha este fator de produção você não o perde. Então, existe a passagem de uma teoria baseada na escassez para uma teoria baseada na abundância.

⁵O termo “indústria criativa” deve ser usado com cautela, pois “O modelo industrial é um modelo que prevê, acima de tudo, um monopólio, uma busca de ganho de escala insaciável. E o modelo de indústria é o modelo de produção, basicamente. Não é o modelo de criação” (PAMPONET, 2010), sendo, portanto, preferível usar os termos economia da cultura ou economia criativa.

Nos anos 1990, inicialmente na Austrália, surge um novo conceito que é chamado de economia criativa, associada à indústria criativa⁵. Em linhas gerais, esta é a definição adotada: “*as indústrias criativas são aquelas que têm sua origem na criatividade, na habilidade e talento individuais, e que tem um potencial para criação de empregos e riquezas por meio da geração e exploração da propriedade intelectual*” (MIGUEZ, 2010).

No Brasil, só a partir de 2005 é que se começou a mensurar os números da economia da cultura, que mostram que: “*o salário médio pago no campo da cultura é maior que o salário médio pago em outras áreas de economia, que o tempo de trabalho é menor, a escolaridade é maior, o número de empregos criados por unidade de investimento é maior*” (MIGUEZ, 2010).

Mais, ainda, tem-se muito que avançar. Entre os desafios para o Brasil estão: 1) proteger e promover a diversidade cultural; 2) compreendermos que essa dimensão econômica não pode subordinar a dimensão simbólica, pois ambos estão presentes na natureza do bem cultural; 3) formular um conjunto de políticas específicas para o desenvolvimento da cultura e da economia da cultura, que não seja mais apoiada apenas em leis de incentivo fiscal, porém, em outro modelo de financiamento; 4) pensar políticas que sejam capazes de lidar com arranjos alternativos em termos de propriedade intelectual; 5) desenvolver políticas que atuem no sentido de equilibrar as grandes empresas e a multiplicidade de pequenas e médias empresas que atuam na área da economia da cultura; 6) desenvolver redes colaborativas; e 7) ampliar a produção de estatísticas e indicadores da área, pois, não se faz políticas públicas sem eles.

Economia da cultura e identidade popular

A indústria cultural nem sempre é criativa. Para se desenvolver a criatividade é preciso agregar valor aos bens culturais e isto é possível através da valorização da cultura popular, do saber, dos costumes e da identidade de um povo. O uso de novas tecnologias como a Internet e as novas mídias contribuem, também, neste processo, ao difundir o bem cultural. É necessário, também, ter um bom gerenciamento de forma a articular as várias políticas em prol da qualificação dos agentes envolvidos.

A criatividade se beneficia das trocas entre as diversas comunidades, devendo-se incentivar tais trocas através de políticas e ações capazes de romper as barreiras que impedem estas trocas; como facilitar a locomoção para determinados destinos. O processo de construção em rede se baseia neste princípio da troca. “*No mundo das redes, no mundo digital e até no mundo orgânico a questão está ligada, é uma possibilidade que gera outra possibilidade e que gera outra possibilidade. Ou seja, são*



as portas que vão sendo abertas no dia a dia" (PAMPONET, 2010). A rede deve ser feita de forma autônoma e horizontal; ou seja, um processo em que ocorre a troca direta e sem hierarquia, formando uma cadeia produtiva.

A grande tendência futura em relação à economia da cultura é o valor simbólico construído pelos vínculos sociais e os vínculos culturais, e isto não apenas no que se refere a bens culturais, mas, a outros bens materiais. O valor estará na história daquele produto, como foi feito, embalado, armazenado... Tudo isto resgatando tradições locais associadas a um território, valorizando, assim, tanto o patrimônio material como cultural daquela população.

O que se vê hoje é uma demanda crescente da busca pelas culturas tradicionais e a experiência do Mercado Cultural é uma prova disto. Pois, utilizando apenas mídias alternativas, sem realizar gastos com divulgação, o evento é capaz de atrair pessoas do mundo todo que estão interessadas em ver a novidade, a inovação, as soluções novas que estão sendo construídas.

Turismo

Os determinantes do turismo são os aspectos geográfico (localização, facilidade de acesso), ecológico, cultural e infraestrutural. O maior gargalo que se tem no Brasil para a atividade turística é, justamente, a infraestrutura, da qual a atividade é fortemente dependente. A infraestrutura que atende o turista, além daquelas específicas, como os meios de hospedagem, é, em geral, a mesma que atende a população local, como a segurança pública e a infraestrutura de mobilidade urbana e intermunicipal.

A atividade turística promove impactos no local em que é exercida. Por esta razão, ao se elaborar um plano de desenvolvimento turístico em uma determinada região é necessário analisar os impactos econômicos, sociais e ambientais desta atividade. A elaboração dos Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA), nos municípios, é um instrumento importante para a gestão municipal tentar minimizar os impactos

negativos e potencializar os positivos.

Nos próximos anos, o Brasil terá uma grande oportunidade com os megaeventos esportivos que serão realizados no país. Esporte, entretenimento e lazer passam, neste novo século, a serem vistos tanto numa perspectiva econômica, como numa estratégia de desenvolvimento e de inclusão social.

A Bahia já avançou muito. Foi o primeiro Estado brasileiro a fazer um planejamento turístico global e, recentemente, foram feitas pesquisas de mensuração dos números ligados ao turismo, o que proporcionará melhor planejamento de políticas públicas e da alocação de recursos para desenvolver o setor. O desafio é grande, por isto caberá, então, aproveitar esta oportunidade e construir uma infraestrutura que incentive o turismo nos anos vindouros. Dentre os desafios para a Copa 2014, para a cidade de Salvador, está a questão da mobilidade urbana, para a qual se deve buscar alternativas para o transporte de massa⁶, a adequação da rede hoteleira à demanda que o evento proporcionará, a qualificação profissional dos que trabalham diretamente com os turistas e a capacitação empresarial do setor.

⁶ Esta questão foi objeto de uma mesa temática no Módulo I do **Pensar a Bahia**.

REFERÊNCIAS

- BARRAL NETO, M. Ciência e Tecnologia, Universidades e Centros de Pesquisa. In: Pensar a Bahia: construindo o nosso futuro. Módulo IV, 2010, Salvador. Ciência e Tecnologia, Universidades e Centros de Pesquisa (**Anais...**). Salvador: Seplan, 31 mar. 2010.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Programa de zoneamento ecológico econômico**. 2010. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?id=conteudo.monta&idEstrutura=28&idConteudo=8222&idMenu=873>. Acesso: 10 abr. de 2010.
- FLORÊNCIO, A. Política agrária, agronegócio e agricultura Familiar. In: Pensar a Bahia: construindo o nosso futuro. Módulo III, 2010, Salvador. Política agrária, agronegócio e agricultura Familiar (**Anais...**). Salvador: Seplan, 03 mar. 2010.
- HORITA, W. Política agrária, agronegócio e agricultura Familiar. In: Pensar a Bahia: construindo o nosso futuro. Módulo III, 2010, Salvador. Política agrária, agronegócio e agricultura Familiar (**Anais...**). Salvador: Seplan, 03 mar. 2010.
- LANGONE, C. Palestra de abertura. In: Pensar a Bahia: construindo o nosso futuro. Módulo III, 2010, Salvador. Palestra de abertura (**Anais...**). Salvador: Seplan, 03 mar. 2010.
- LINS NETO, J. Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e energias alternativas. In: Pensar a Bahia: construindo o nosso futuro. Módulo III, 2010, Salvador. Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e energias alternativas (**Anais...**). Salvador: Seplan, 03 mar. 2010.
- LISBOA, C. Desenvolvimento e poder municipal. In: Pensar a Bahia: construindo o nosso futuro. Módulo especial, 2010, Salvador. Desenvolvimento e poder municipal (**Anais...**). Salvador: Seplan, 17 mar. 2010.
- MARTINS, J. Política agrária, agronegócio e agricultura Familiar. In: Pensar a Bahia: construindo o nosso futuro. Módulo III, 2010, Salvador. Política agrária, agronegócio e agricultura Familiar (**Anais...**). Salvador: Seplan, 03 mar. 2010.
- MATO GROSSO. Secretaria de Indústria, Comércio, Minas e Energia. **Levantamento Aerogeofísico poderá atrair novos investimentos para o setor mineral**. Raquel Barroso. Disponível em: http://www.sicme.mt.gov.br/html/detalhe_noticia.php?mat=554. Acesso: 10 abr. de 2010.
- MIGUEZ, P. Indústrias criativas. In: Pensar a Bahia: construindo o nosso futuro. Módulo IV, 2010, Salvador. Indústrias criativas (**Anais...**). Salvador: Seplan, 31 mar. 2010.
- PAMPONET, R. Indústrias criativas. In: Pensar a Bahia: construindo o nosso futuro. Módulo IV, 2010, Salvador. Indústrias criativas (**Anais...**). Salvador: Seplan, 31 mar. 2010.
- PEREIRA, E. Descentralização industrial e mineração. In: Pensar a Bahia: construindo o nosso futuro. Módulo III, 2010, Salvador. Descentralização industrial e mineração (**Anais...**). Salvador: Seplan, 03 mar. 2010.

PINHEIRO, W. Desenvolvimento e poder municipal. In: Pensar a Bahia: construindo o nosso futuro. Módulo especial, 2010, Salvador. Desenvolvimento e poder municipal (**Anais...**). Salvador: Seplan, 17 mar. 2010.

POCHMANN, M. Palestra de abertura. In: Pensar a Bahia: construindo o nosso futuro. Módulo IV, 2010, Salvador. Palestra de abertura (**Anais...**). Salvador: Seplan, 31 mar. 2010.

RAPPEL, E. Descentralização industrial e mineração. In: Pensar a Bahia: construindo o nosso futuro. Módulo III, 2010, Salvador. Descentralização industrial e mineração (**Anais...**). Salvador: Seplan, 03 mar. 2010.

ROSSI, A. L. **A inovação aberta como fonte de agregação de valor para as organizações**. 2009. Disponível em: http://www.fdc.org.br/pt/pesquisa/inovacao/Documents/artigos_blog/inovacao_aberta.pdf. Acesso em: 02 abr. 2010

SILVA, A. J. B. Ciência e Tecnologia, Universidades e Centros de Pesquisa. In: Pensar a Bahia: construindo o nosso futuro. Módulo IV, 2010, Salvador. Ciência e Tecnologia, Universidades e Centros de Pesquisa (**Anais...**). Salvador: Seplan, 31 mar. 2010.

SOUZA, L. A. E. R. Ciência e Tecnologia, Universidades e Centros de Pesquisa. In: Pensar a Bahia: construindo o nosso futuro. Módulo IV, 2010, Salvador. Ciência e Tecnologia, Universidades e Centros de Pesquisa (**Anais...**). Salvador: Seplan, 31 mar. 2010.

TORRES, C. Descentralização industrial e mineração. In: Pensar a Bahia: construindo o nosso futuro. Módulo III, 2010, Salvador. Descentralização industrial e mineração (**Anais...**). Salvador: Seplan, 03 mar. 2010.

VALADARES, E. Aspectos metodológicos do pensar a Bahia. In: Pensar a Bahia: construindo o nosso futuro. Módulo II, 2010, Salvador. Aspectos metodológicos do pensar a Bahia (**Anais...**). Salvador: Seplan, 27 jan. 2010.